



## MOTIVAÇÃO E AUTOESTIMA COMO FATORES DE PERMANÊNCIA DE EDUCANDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Lailze Ferreira de Almeida Escames<sup>1</sup>  
Lúcia Hellmann Carrara  
Adriane Weckerlin Bello<sup>2</sup>

### RESUMO

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino direcionada às pessoas que por motivos sociais, econômicos, políticos ou pessoais não ingressaram na escola no tempo regular. O presente artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão acerca das estratégias pedagógicas que são desenvolvidas para a permanência dos educandos da educação de jovens e adultos na unidade escolar. Ademais, busca refletir sobre a motivação e a autoestima como fatores importantes nesse processo de aprendizagem considerando as dificuldades que os educandos trazem de sua vida cotidiana, percebe-se que uma das características frequente do educando da educação de jovens e adultos é sua baixa autoestima. Tendo em vista o objetivo proposto levantou-se a seguinte questão: De que maneira o professor pode contribuir para elevar a autoestima de educandos na educação de jovens e adultos? Esse estudo apresenta uma abordagem metodológica qualitativa com análise reflexiva de dados. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados algumas entrevistas, serviram para contribuir nesse processo de pesquisa, recorreu-se as referências teóricas de Pinto (2001), Gadotti (2001), Freire (1987), Ribeiro (2001), Ohuschi (2011), Schwartz (2010), Laffin (2011), Brasil (1996). O lócus da pesquisa foi uma sala de aula do 1º segmento da EJA da rede pública de ensino de Várzea Grande – MT. Professora e alunos da distinta rede de ensino foram os sujeitos do estudo. Espera-se que este a artigo seja referência a muitos educadores, que contribua para a reflexão sobre as práticas pedagógicas, como fatores importantes na permanência dos educandos da EJA na escola.

**Palavras-chave:** Motivação. Autoestima. Educação de jovens e adultos. Aluno. Professor.

### INTRODUÇÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está ligada as transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil, é uma modalidade de ensino gratuita amparada por lei, que está voltada às pessoas que por alguma razão não ingressaram ou permaneceram na escola no tempo irregular.

O tema autoestima na Educação de Jovens e Adultos é de suma importância, visto que, a baixa estima é uma característica predominante nesses alunos, reforçada por diversos fatores

---

<sup>1</sup> Acadêmicas do Curso de Pedagogia UNIVAG

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação Ensino Superior Docente do Curso de Pedagogia UNIVAG.

e sentimentos que de alguma forma, muitas vezes acabam por afetar o processo cognitivo do educando.

Nesse sentido os sentimentos não podem ser desconsiderados, uma vez que interferem no desenvolvimento adequado do educando.

O objetivo principal dessa pesquisa é refletir sobre as estratégias pedagógicas que são desenvolvidas para a permanência de educandos e educadores da Educação de Jovens e Adultos na unidade escolar, visando compreender a influência da autoestima no processo formal de suas aprendizagens. É importante o professor considerar as situações conflitantes do aluno desenvolvendo estratégias metodológicas e didáticas que o façam pensar como elevar à sua própria autoestima.

Em atenção ao objetivo proposto levantou-se a pergunta: De que maneira o professor pode contribuir para elevar a autoestima na educação de jovens e adultos?

A pesquisa é de natureza qualitativa com análise reflexiva. A coleta de dados ocorreu na fase de observação em sala de aula, utilizando como instrumentos as entrevistas, questionários, registros, anotações pessoais, relação aluno/professor, coordenadores e demais funcionários da escola.

A pesquisa qualitativa segundo Bodgan e Biklen (1994, p.17) “O objetivo do investigador é o de compreender com bastante detalhe, o que é que professores e estudantes pensam, e como é que desenvolveram seus quadros de referências.” O lócus da pesquisa será sala de aula do 1º segmento da educação de jovens e adultos em uma escola pública estadual na comarca de Várzea Grande – MT. As entrevistas e os questionários foram aplicados para uma professora e quatro alunos da distinta rede de ensino como sujeitos do estudo.

A escolha do tema emergiu do interesse em investigar a realidade de alunos da educação de jovens e adultos, e por se tratar de uma experiência vivenciada por uma das autoras deste artigo, a fim de compreender o que ocasiona a necessidade em “estar” frequentando essa modalidade, os aspectos sociais e políticos que se encontram os jovens e adultos que não foram alfabetizados no tempo regular de ensino, suas dificuldades, expectativas ao ingressar na unidade escolar, sendo na maioria das vezes jovens trabalhadores em busca de uma condição de vida melhor, seja salário, emprego, moradia ou a realização pessoal.

## 1. CONCEITO DE EDUCAÇÃO

A educação refere-se à existência humana em todos os aspectos sociais, econômicos e políticos, é o processo pelo qual a sociedade forma o indivíduo conforme suas concepções e seus interesses, atuando constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano de modo a integrá-lo ao meio social vigente. Para Pinto (2001, p. 29): “A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.”

Para Gadotti (2001) na consciência de uma sociedade de classes privilegiadas que ditam as regras do processo educativo, acredita-se que o educando é um ser que não possui ainda consciência, portanto, necessita recebê-la através da educação que reflita especificidades e interesses de seus grupos elitistas, a educação sempre foi determinada e formada dentro do contexto social.

Entende-se que a educação é um processo pelo qual o homem adquire sua essência humana, ou seja, a educação é um fenômeno cultural, de crenças e valores segundo sua cultura, e se desenvolve de acordo com a realidade econômica de cada um.

Nas palavras de Freire as desigualdades entre classes trabalhadoras e as classes dominantes que detém o capital, contribuem para as diferenças econômicas que causam as desigualdades sociais, injustiça e desumanização. (1987, p.9) Diz que: “A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação”.

A educação de jovens e adultos conscientiza o trabalhador sobre as condições em que vivem, despertando o interesse pela busca de sua melhoria social, econômica e psicológica.

O educando ao conscientizar-se de sua condição, não pode permanecer acomodado, necessário se faz reconhecer-se como sujeito ativo, crítico, reflexivo e construtor de sua história, libertando-se de sua condição alienada.

Freire (1987, p.35) afirma ainda que:

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas o limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite e a realidade opressora lhes impõe tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora.

Significa dizer que a pedagogia libertadora é o ponto de partida para novas perspectivas, é a abertura para um novo olhar, para a conquista de um mundo melhor, onde o

alfabetizando se vê como sujeito e construtor de sua história ao apropriar-se da codificação e decodificação que lhe permitem o encontro consigo mesmo e com o outro.

Nesse sentido, ao alfabetizar-se, o educando aprende o conhecimento, não de forma a repetir palavras, mas de maneira construtiva, significativa, consciente do seu compromisso e cidadão livre da opressão dominante.

A educação de jovens e adultos não se limita à sala de aula, porém, desenvolve ações em diversos movimentos sociais, por exemplo, nas comunidades, nas associações de bairros, etc., que permitem ao educando a compreensão da realidade.

A educação é o maior e melhor instrumento gestor de mudança, através dela o homem consegue compreender melhor a si mesmo e ao mundo em que vive, a própria educação deve ser a primeira a aceitar e a acompanhar o desenvolvimento e suas especificidades, ou seja, renovar e promover a interação com o novo. Dessa forma transformando o educando, em um sujeito politizado, participativo dos processos políticos sociais, exercendo seus direitos como cidadão dentro da sociedade na qual está inserido.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

A educação de jovens e adultos no Brasil ocorreu desde o período do Brasil Colônia, a princípio proporcionada fora do ambiente escolar com práticas informais na comunidade, na família, nas ordens religiosas e no meio sócio cultural. Após a chegada dos padres jesuítas em 1549, a educação era voltada para a catequização de nativos, mas ocorreu também com os colonizadores diferenciando-se apenas pelos objetivos que possuíam para cada grupo específico.

Segundo Laffin (2011, p. 25): Somente na 1ª Constituição de 1824 que se estabelece a ideia de um sistema de educação nacional onde todos tinham direito ao ensino primário gratuito, porém, a titularidade de cidadania só era entregue as pessoas livres ou libertas, saídas da elite, ou seja, uma pequena parcela da população. Para Laffin (2011, p. 24): “o direito à educação estava garantido nessa Constituição, mas não efetivamente”.

Na década de 1930, começou-se demarcar a história do Brasil no que tange á educação básica de jovens e adultos, visto que, o país passava por transformações associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos.

De acordo com Laffin ( 2011 ) nesse período a Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1934 reconhece, pela primeira vez, na história independente do país, o direito á educação para todos:

Art. 149 – A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (CAMPANHOLE; CAMPANHOLE apud LAFFIN, 2011, p. 28).

O governo Federal traçava diretrizes educacionais para todo o País determinando as responsabilidades dos Estados e Municípios, estendendo-se assim, à educação aos adultos através da ação da suplência como determina o artigo. Uma conquista no sentido do Estado assumir efetivamente na legislação o atendimento e o acesso desse segmento da população.

O período de 1939 á 1945 é marcado pela 2ª Guerra Mundial, e todas as consequências que ela desencadeou, gerando com o fim do conflito á volta do regime democrático ao Brasil, Laffin (2011).

Com o fim da ditadura de Vargas e o fim da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas alertava para a urgência de integrar os povos visando à paz e a democracia. Esse processo de redemocratização no País contribuiu para que a educação dos jovens e adultos se destacasse dentro da educação elementar comum, atendendo a necessidade de ter cidadãos que pudessem votar, e dessa forma aumentar as bases eleitorais, integrando ás massas populacionais que imigravam das zonas rurais para a urbana a fim de abastecer a produção industrial do país.

No ano 1947 foi lançada a Campanha de Educação de Adultos que previa a alfabetização em três meses, e a conclusão do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria uma etapa de capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Sob a direção do professor Lourenço Filho a Campanha conseguiu resultados significativos e estendeu-se as diversas regiões do País, onde foram criadas escolas supletivas mobilizando diversas esferas administrativas, profissionais e voluntários.

Na década de 50 as iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década, o que alimentou a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no Brasil. Nesse momento o analfabetismo era concebido como causa, e não efeito da situação econômica social e cultural do País.

Para Gadotti e ou; Romão (2005, p.32.) “O analfabetismo não é doença ou “erva daninha” como se costumava dizer entre nós. É a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política”.

Essa concepção errônea sobre o analfabetismo legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificando-o psicológico e socialmente como uma criança, essas ideias preconceituosas sobre adultos analfabetos foram criticadas, seus saberes e capacidades foram reconhecidos como seres produtivos, capazes de raciocinar e resolverem seus problemas.

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos denunciavam o caráter superficial do aprendizado que se efetivava em curto período da alfabetização. Todas essas críticas direcionaram-se para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo, e a um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire.

Em sua primeira experiência em 1963, Freire ensinou: 300 adultos a ler e escrever em 45 dias. Esse método foi adotado em Pernambuco através do trabalho de Freire com os pobres. Depois de devidamente aclamado, continuou de forma ininterrupta até 1964.

A pedagogia do Oprimido de Paulo Freire inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular no início dos anos 60. Sob atuação dos educadores do MEB – Movimento de Educação de Base ligado à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos CPCs – Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE – União Nacional dos Estudos dos Movimentos da Cultura Popular passaram a pressionar o governo federal para que os apoiasse.

Em Janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire.

Segundo Gadotti (2001, p.35): “Partiu daí a ideia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos” que seria interrompido alguns meses depois pelo Golpe Militar.

O governo em 1967 lança o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que constituiu-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, possuía um valor significativo de recursos. A orientação e a supervisão pedagógica era de responsabilidade das Comissões Municipais, os materiais didáticos eram centralizados despidas de todo o sentido crítico e problematizador. Limitaram-se a alfabetizar de maneira

funcional, não oferecendo uma formação mais abrangente, baseavam-se nas experiências significativas dos alunos, dessa forma, embora divergisse ideologicamente do método Paulo Freire, utilizavam-se de palavras geradoras, porém, totalmente esvaziadas de sentimentos críticos.

Sendo extinta em 1985 com o processo de redemocratização, foi criada a Fundação Educar que passou a apoiar financeiramente e tecnicamente os programas de alfabetização, promovendo o atendimento nas séries iniciais, formação e aperfeiçoamento dos professores.

No ano de 1990 a educação de jovens e adultos começou a perder espaço nas ações governamentais com início do governo Collor de Melo, a Fundação Educar foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade. Em nome do enxugamento da máquina administrativa, a União foi se afastando das atividades da educação de jovens e adultos e transferindo as responsabilidades para os Estados e Municípios.

Entretanto Gadotti (2001, p. 36) diz que:

Em 1989, com a finalidade de preparar o Ano Internacional da Alfabetização (1990), foi criado no Brasil a Comissão Nacional de Alfabetização, de início coordenada por Paulo Freire e depois José Eustáquio Romão. Ela ainda continua até hoje, com o objetivo de elaborar diretrizes para a formação de políticas de alfabetização a longo prazo que nem sempre são assumidas pelo governo federal.

A educação de jovens e adultos foi enterrada pela “Nova República” e passou a ser denominado “Brasil Novo”. Em ato contínuo criou-se o PNAC (Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania) com grande divulgação publicitária em 1990, entretanto, foi extinta no ano seguinte sem explicações para a sociedade.

Entende-se assim o histórico distanciamento entre sociedade civil e o Estado Brasileiro no que se refere aos problemas educacionais e às suas parcas iniciativas.

### **3. CONCEPÇÕES, DEFINIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEGUNDO DOCUMENTOS OFICIAIS.**

O conceito da educação de jovens e adultos segundo Gadotti e ou; Romão (2001, p.119) “amplia-se ao integrar processos educativos desenvolvidos em múltiplas dimensões: a do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania”.

Possibilita o aluno ler, escrever e compreender a linguagem nacional a qual está inserida, operações matemáticas básicas, ciências sociais e naturais, a cultura, o lazer, a arte, a comunicação e o esporte.

Conforme Constituição (BRASIL, 1988), em seu artigo 205 e 208, inciso I, diz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.160)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I—educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988, p.161)

Portanto, dever do Estado, da família e da sociedade assegurar a educação de jovens e adultos, oferecendo oportunidade de ingressarem ou dar continuidade aos seus estudos.

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, em seu artigo 37 e parágrafos §1º e §2º, reafirma o que garante a constituição:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (p.19 )”

A educação de jovens e adultos está voltada a atender aos interesses e às necessidades de pessoas que já tinham uma determinada experiência de vida, e que estão inseridas no mercado de trabalho, ademais, que necessitam de uma formação contínua, permanente e diferenciada das crianças e adolescentes.

A Resolução nº1, de 5 de Julho de 2000, do Conselho de Educação (CNE) em seu artigo1º, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem.

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios da equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar.



I – quanto à equidade a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e estabelecer a igualdade de direitos e oportunidades face ao direito à educação;

II – quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III – quanto à proporcionalidade, a disposição e a locação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

O presente documento ressalta a necessidade de se considerar que, a educação de jovens e adultos é destinada á trabalhadores, que chegam ás escolas exauridos pelas longas jornadas de trabalho. Além disso, é preciso considerar a diversidade social econômica, étnica, regional e os saberes de cada educando.

#### **4. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NA ESCOLA.**

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que ao longo da sua história no Brasil construiu sua própria especificidade como educação, tem como escopo pensar nos jovens e adultos segundo sua realidade social, levando sempre em consideração sua condição humana, fundamental para a experiência cognitiva.

O alfabetizador desempenha um papel importante, ele é o mediador entre o sujeito e o objeto deste processo de apropriação de conhecimento, essas ações permitem ao alfabetizando agir e pensar sobre a escrita e o mundo que o cerca. Nesse sentido, Gadotti (2001, p. 39) faz uma importante consideração ao situar que:

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado para criar autoestima, pois a sua “ignorância” lhe traz tensão angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente em relação à escola. É preciso que tudo isso seja verbalizado e analisado. O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar.

Entende-se que o professor como mediador de conhecimento, considere as necessidades e as especificidades desses jovens e adultos conforme o contexto de sua realidade cotidiana e social.

Importante salientar que, esses educandos não podem ser tratados como criança, mas como sujeitos do processo de construção de conhecimento mediatizados pelo mundo, a fim de que haja com a transformação social, uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Freire (1987) afirmou que: o educando passa a refletir de sua situação de oprimido, quando se conscientiza e percebe a necessidade de mudar o mundo, é tomado por uma inquietação, por desejo de mudança, e quando se sentem proibidos de atuar, se percebem incapazes de usar suas faculdades, sofrem. O que pretende os opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime, para que melhor os dominem.

Segundo Freire (1987, p.61);

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si”. (grifo do autor)

Entende-se assim a necessidade da relação dialógica entre professor e aluno, quando o educando conscientiza-se de sua condição de oprimido, e se torna capaz e sujeito de sua história, liberta-se dos sentimentos de inferioridade que lhe causam medo e insegurança.

Para Schwartz (2010), o educando aprende articulando prazer e atribuindo significado através dos procedimentos didáticos, unindo o prazer com o aprender. O educando supera a sensação de medo, de insegurança, crenças inseridas, quanto a ser capaz ou não de aprender. Ao perceber-se capaz de construir seus conhecimentos, ele sentirá prazer nisso, e essas serão as situações que inibiram nesse sujeito o desejo de fugir, contribuindo para sua permanência na escola.

Ainda segundo Schwartz (2010, p. 70): “A motivação para aprendizagem precisa ser desenvolvida, construída, retroalimentada e articulada com os processos de ensino e de aprendizagem”, pois.

A motivação pessoal, entendida como motor da ação, o que move o sujeito em direção a algo está apoiado em um tripé formado:

- a) pelas metas positivas ( aprender);
- b) pelo custo estimado para o alcance dessas metas ( enfrentar o medo do desconhecido);
- c) pelas expectativas (sentir-se ou não capaz de).

Em relação à motivação do alfabetizando da educação de jovens e adultos é preciso corporificar as palavras geradoras dando sentido a elas, justificando e significando o prazer, a melhoria para a qualidade de vida que pode proporcionar, apontando os avanços e as conquistas.

De acordo com Pinto (2001, p.63),

O adulto analfabeto é em verdade um homem culto, no sentido objetivo ( não idealista) do conceito de cultura, posto que, se não fosse assim, não poderia sobreviver. Sua instrução formal (alfabetização, escolarização) tem que se fazer sempre partindo da base cultural que possui e que reflita o estado de desconhecimento (material e cultural) da sociedade à qual pertence.

Neste sentido, Freire e Schwartz (2010) corroboram: “que medo todos têm, o importante é não deixar que o medo os domine, paralisando suas ações, pois situações como essas são comuns na vida das pessoas. Utilizando-se de desculpas para justificar suas escolhas, e resultando sua não ação e não superação do medo. Assim procedendo, as pessoas fogem de se encontrar com seus medos, conseqüentemente fogem da sala de aula, evadem/são evadidos”.

Para MOREIRA apud SCHWARTZ (2010, p.24)

O conceito de alfabetização se refere à habilidade de ler e escrever. Ler é ser capaz de se descentrar de suas ideias e pensamentos para acompanhar, compreender, analisar, julgar o pensamento do outro, buscar o significado por trás das palavras, ler também as entrelinhas.

O adulto alfabetizado se torna capaz de utilizar o instrumento da escrita na representação de seus pensamentos, elevando assim, a sua estima, autonomia, tornando-os sujeitos e construtores de sua própria história.

Quando o educador faz parte do meio social, econômico e cultural do educando torna-se mais fácil a educação de jovens e adultos, por se tratar de uma realidade em comum, as motivações, as experiências de superação os ajudam a elevar a estima, e o interesse pela aprendizagem. É necessário que os educadores desenvolvam uma relação de respeito com as diferenças culturais e sociais. Conhecer a realidade econômica do grupo ou comunidade que irá trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico e o saber popular. (GADOTTI, 2001, p.32)

O Educador, portanto, deve considerar a existência desses medos e buscar estratégias para combatê-los, estreitando a relação e interagindo com o educando. Diante do explicitado, resta evidente que, com a contribuição e a intervenção do educador é possível superar esses sentimentos de baixa autoestima alcançando o real propósito da educação de jovens e adultos.

Por derradeiro, o papel do educador na vida dos educandos surge a partir das práticas pedagógicas intencionalmente planejadas, e de um diálogo junto á esses educandos, com vistas á possibilitar sua permanência na unidade de ensino.

## 5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Através de pesquisa realizada podemos constatar a motivação dos alunos pelo desejo de mudança social e profissional em busca de novos conhecimentos.

Os dados da pesquisa de campo foram coletados através de entrevistas realizadas com uma professora – Conselheira Pedagógica, e quatro alunos entre 39 anos a 90 anos da EJA, em uma escola (CEJA) Centro de Educação de Jovens e Adultos, da rede estadual, em sala do 1º segmento “alfabetização”, na cidade de Várzea Grande – MT.

Os resultados das entrevistas e demais informações foram confrontados com suporte teórico de: Freire, Gadotti, Pinto, Schwartz, dentre outros que permitirão compreender as ações que mobilizam a permanência do educando na educação de jovens e adultos.

Serão dados pseudônimos para a professora e alunos para preservar a identidade dos entrevistados e da escola pesquisada. A professora será chamada de **M**, e a escola pública de **L**.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com sete perguntas sendo elas:

1- Conte um pouco da sua trajetória de professor(a): suas experiências anteriores e sua chegada a EJA?
2- Poderia me descrever um dia de trabalho na EJA?
3- Como se organiza o trabalho pedagógico? Há cursos de formação continuada para educadores da EJA? Quais temas são abordados?
4- Como é o processo de avaliação dos alunos?
5- Que tipo de atividade você costuma propor para a turma?
6- Você poderia relatar uma aula dada que considera boa no sentido de motivar seus alunos a permanência em sala?
7- A interrupção dos estudos pode ser considerada um problema na EJA? Quais as intervenções são utilizadas nesse sentido?

Em resposta á pergunta número um, a professora **M** disse o seguinte: *Foi preciso desnudar-se das experiências anteriores e vestir-se da realidade dos educandos da EJA. “O aluno não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer a aplicação imediata do que está aprendendo”.* (GADOTTI, 2001p. 39)

Quanto a rotina em um dia de trabalho na EJA, a professora **M** disse: *ser muito intensa, pois além de “estar” professora, tem que “ser” professora, ou seja, tenho que receber o aluno, manter uma relação de diálogo e confiança, tocar em sua alma, elevar a sua autoestima com palavras de incentivo e depois partir para a alfabetização.*

Evidencia-se a importância do educador fazer do meio social, econômico e cultural do educando, torna-se mais fácil à educação de jovens e adultos, por se tratar de uma realidade em comum, as motivações, as experiências de superação, os ajudam a elevar a estima, o interesse pela aprendizagem. (GADOTTI, 2001)

*Os trabalhos pedagógicos são organizados em encontros e formações continuadas, hora atividade feita no coletivo, troca de experiência, planejamento de acordo com as necessidades e realidades dos alunos, usando livro didático sim, mas como uma alternativa.*

Verifica-se, portanto, que os educandos da EJA, necessitam de um acompanhamento pedagógico que possibilite uma nova construção de conhecimento. “Sua instrução formal tem que se fazer sempre partindo da base cultural que possui e que reflita o estado de desconhecimento da sociedade à qual pertence”. (PINTO, 2001, p.63)

Professora **M** diz que, *o processo de avaliação é contínuo e baseia-se na observação, no convívio social e político da escola em suas produções individuais e escritas. As atividades propostas, lúdicas, em forma de dramatização, teatro, cantigas, artes através de desenhos, pintura, apresentação de gráficos, poemas e poesia envolvendo experiências do cotidiano. Para motivar seus alunos a permanecerem na sala de aula a professora diz que o primeiro passo é conhecê-los individualmente, descobrir com amor e carinho a fragilidade de cada um sem que eles percebam, criando um elo de confiança entre professor/aluno, depois passa para a prática pedagógica.*

A melhor aula dada por **M**, *um plano de aula voltado para a família, foi proposto aos alunos desenhar ou pintar um membro da família que mais os marcou no sentido positivo ou negativo, depois teriam que explicar a escolha. Eles poderiam representar a importância em tamanhos pequeno, médio e grande. A maioria dos educandos representaram seus familiares no sentido negativo, serviu como reflexão para planejamento de aulas. Isso retrata na maioria das vezes a situação emocional e psicológica que os educandos chegam à EJA, com baixa estima, em busca de uma vida melhor.*

Percebe-se que a sala de aula da EJA pode se transformar num espaço de reflexão, de pensamento, e nem sempre é uma tarefa fácil, para formar cidadãos críticos e atuantes, não podemos esquecer que, provavelmente, a EJA é o único espaço na vida desses alunos onde a prática de pensar de forma organizada tem lugar. “Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” do qual não pudessem sair, mas uma situação que o limita e que eles podem transformar”. (FREIRE, 1987, p.35).

Para a professora **M**, *a interrupção dos estudos dos alunos da EJA, não pode ser considerada um problema, pelo contrário é mais uma ferramenta para usar no sentido positivo, evidenciando e falando aos educandos que não importa o tempo que ficaram fora do universo estudantil e escolar, e sim, olhar para frente, seguir adiante agora com mais maturidade.*

Através de uma relação de diálogo, o educando supera a sensação de medo, de insegurança, tornando-se capaz de construir novos conhecimentos, atribuindo significado através de procedimentos didáticos, unindo o prazer com o aprender. “A motivação para aprendizagem precisa ser desenvolvida, construída, retroalimentada e articulada com os processos de ensino e de aprendizagem”. (Schwartz, 2010, p.70)

Para os alunos entrevistados da EJA usaremos pseudônimos A, B, C, D, o questionário aplicado com sete perguntas são elas:

1- Onde você nasceu?
2- Por que voltou estudar?
3- O que sua família acha de sua volta à escola?
4- Você gosta de estudar nessa instituição escolar?
5- Você gosta do professor(a)? Por quê?
6- O que você aprendeu em sala contribui para a vida cotidiana?
7- Você tem alguma dificuldade para se manter frequente nessa modalidade de ensino?

O aluno **A** 39 anos, natural de Livramento -MT, *voltei a estudar para melhorar minha vida profissional, minha família achou muito importante o meu retorno aos estudos. Disse gostar muito da escola e da professora por ser acolhedora e amiga. O que aprende em sala de aula contribui em sua vida cotidiana e social, eleva sua autoestima, se sente mais confiante. Apesar do acidente não tem dificuldades para frequentar essa modalidade.*

Aluno **B** 49 anos, natural de Rosário Oeste – MT, e o aluno **C** 35 anos, natural de Várzea Grande – MT, *ambos voltaram estudar devido as exigências do mercado de trabalho, melhorar a comunicação, convívio social, contaram com o apoio da família na decisão de voltar estudar. Gostam muito da instituição escolar, em especial da professora que é amiga, companheira, acolhedora. Ao relacionar o aprendizado em sala de aula com a vida cotidiana, o aluno B* respondeu que *contribuiu muito para sua comunicação, relação social em seu trabalho, agora consigo fazer conta de matemática, preencher ficha de cadastro.*

O aluno **C** relatou: *minha vida melhorou muito, pois consigo pegar ônibus sozinho, já sei ler, consegui tirar minha habilitação de motorista.*

A educação libertadora de Paulo Freire, foi desenvolvida por método pedagógico reflexivo, onde o alfabetizando tenha condições de descobrir-se como sujeitos de sua história. É o ponto de partida para as novas perspectivas, é a abertura para um novo olhar, para a conquista de um mundo melhor. Onde alfabetizando se vê como sujeito e construtor de sua história ao apropriar-se da codificação e decodificação que lhe permitem o encontro consigo mesmo e com o outro. (FREIRE, 1987)

A aluna **D** 66 anos, natural de Sertanópolis – PR, *voltou a estudar para ampliar seus conhecimentos, melhorar sua comunicação. Tive o apoio da minha família para voltar a estudar, gosto muito da instituição, de todos os funcionários, são dedicados e se importam com os alunos. Gosta da professora por ser dedicada, acolhedora, recebo muito incentivo para continuar, me sinto motivada. O que aprendi em sala de aula contribuiu no desenvolvimento intelectual, psicológico, elevou minha autoestima, me ajudou na relação social, na comunicação, na leitura, não sabia respeitar a pontuação, não compreendia, não interpretava, agora consigo ler e escrever sem ajuda dos outros.*

A escola é um espaço para se aprender a discutir e participar democraticamente, desenvolver a responsabilidade pessoal pelo bem-estar comum. Sendo importante no trabalho com os jovens e adultos o favorecimento da autonomia dos educandos, estimulá-los a avaliar seus progressos e suas carências, desenvolver o pensamento reflexivo, tornando-os aptos a ajudar outras pessoas a aprender. “O conceito alfabetização se refere à habilidade de ler e escrever. Ler é ser capaz de se descentrar de suas ideias e pensamentos para acompanhar, compreender, analisar, julgar o pensamento do outro, buscar o significado por trás das palavras, ler também as entrelinhas”. (MOREIRA apud SCHWARTZ, 2010, p.24)

Percebe-se a importância da motivação na vida do educando que na maioria das vezes são jovens e adultos trabalhadores, que possuem experiências de vida extraídas do seu cotidiano, essa motivação se dá através de uma relação dialógica que permite ao educando

conscientizar-se de sua condição, e se torna capaz e sujeito de sua história, libertando-se dos sentimentos de inferioridade, insegurança, elevando sua autoestima, autonomia, transformando-os em cidadãos críticos, reflexivos, atuantes na sociedade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao longo dos anos percebe-se que esta modalidade de ensino enfrentou obstáculos sociais, políticos, econômicos e culturais para que o processo de ensino e aprendizado pudesse alcançar a população que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria.

Percebe-se que a prática constante da autoestima dentro da educação de jovens e adultos tem o objetivo de buscar um conhecimento que se firma através do sentir-se bem. Parte-se da premissa que a atividade educacional deve ser precedida pela emoção, ou seja, precisa despertar um sentimento que motive o aluno a aprender. A motivação é o conjunto das forças internas e externas que impulsionam o comportamento humano a atingir seus objetivos e expectativas. Portanto, os educandos da EJA vão à busca de instrumentos para viver no mundo da informação, transformando seus pensamentos e ações de forma crítica, autônoma, elevando sua autoestima, valorizando-se como cidadão em pleno exercício da cidadania.

Espera-se que o resultado desta presente pesquisa contribua para a reflexão sobre as práticas pedagógicas, como fatores importantes na permanência dos educandos da EJA na escola, tendo em vista como ponto positivo para mediar o processo de ensino e aprendizagens ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento intelectual, psicológico, social, econômico, dos educandos para que possam fazer-se seres para si e efetivamente exercerem sua cidadania como participantes críticos na sociedade.

Encerra-se esse artigo com as palavras da entrevistada “D”, que estabeleceu a importância das práticas pedagógicas intencionalmente planejadas e de diálogo junto aos educandos que possibilitem a permanência dos alunos da EJA na unidade de ensino: *“Características do educando quando chega na EJA, chega **mudo, surdo e cego**, por não saber ler, escrever e se expressar. Quando o aluno aprende a ler e escrever, deixa de ser surdo, porque passa a compreender o que as pessoas falam, deixa de ser mudo, porque passa se expressar e ser compreendido por quem ouve, deixa de ser cego, ao conseguir ler uma placa, um livro, uma carta, sem ocupar os olhos dos outros”*.



Portanto, a proposta pedagógica de Paulo Freire e de outros autores abordados nesta pesquisa baseia-se na realidade do educando, suas experiências, suas opiniões e história de vida. Educador e Educando caminham juntos interagindo durante o processo de alfabetização, visando à libertação, não somente no campo cognitivo, mas deve acontecer essencialmente, nos campos social, cultural e político.

Feliz desses alunos o encontro com essa professora **M** que deveria ser o perfil de educadores da EJA. Feliz da **M** encontrar com esses educandos, essa é a boniteza do encontro da vida real!

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases de educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 1988.  
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Teoria, prática e proposta**. 3. ed. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**, Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2011.

OHUSCHI, Márcia Cristina Greco e VICENTINI, Dalva Linda. **Teoria e prática na educação de jovens e adultos**. Maringá: Cesumar, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo, Cortez, 2001.

RIBEIRO, Vera Maria Massargão. **Educação para jovens e adultos: Ensino Fundamental, proposta curricular 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa, 2001. MEC

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.